

QUESTÃO INDÍGENA

Funai denuncia uso de índios em tráfico

Segundo José Marcio de Lacerda, criminosos da Colômbia atuam em área do Amazonas

CHICO ARAÚJO
Especial para o Estado

BRASÍLIA – O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), José Marcio de Lacerda, admitiu ontem que narcotraficantes da Colômbia estão usando índios de áreas da Amazônia no tráfico de drogas. Essa prática, segundo Lacerda, vem ocorrendo na região de Tabatinga (AM), na fronteira do Brasil com a Colômbia, principalmente em áreas do Rio Javari. Nessa região, diversos índios de diferentes etnias estariam sendo aliciados por traficantes colombianos.

A revelação de Lacerda foi feita em depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara que apura irregularidades nas políticas indígenas do País.

O presidente da Funai disse que a situação é do conhecimento da Polícia Federal e do Exército. “A Funai já fez sua parte informando a situação aos órgãos de segurança”, declarou.

Lacerda admitiu ainda ser comum nas áreas indígenas da Amazônia a prática da biopirataria, o roubo de madeira e a garimpagem ilegal.

“Com a atual estrutura da Funai é impossível coibir esse tipo de coisa”, reconheceu Lacerda; ao defender na Comissão Parlamentar de Inquérito da Funai uma ampla reestruturação do órgão.

Lacerda admitiu também que a Funai vive hoje um dos períodos mais críticos de sua história. “A falta de recursos é o pior problema”, disse Lacerda, ao explicar que o órgão tem um orçamento de R\$ 77 milhões para este ano, mas 50% desse

Dida Sampaio/AE



Para José Marcio Lacerda, fundação vive hoje um dos períodos mais críticos de sua história

valor está contingenciado.

Ainda na CPI, Lacerda defendeu parcerias com Estados e municípios como forma de melhorar o atendimento às comunidades indígenas. De acordo com ele, essa divisão de responsabilidades daria mais condições para a Funai ajudar os índios nas questões básicas de saúde, educação e até mesmo na demarcação de suas áreas.

O presidente da Funai reconheceu que os recursos do governo federal estão cada vez menores para o setor, o que tem emperrado a política indígena no País. Outra proposta de Lacerda para revitalizar a política indígena prevê a destinação de um percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para os municípios que investirem nas áreas

indígenas sob seu domínio.

Incentivo – Segundo Lacerda, essa bonificação seria decisiva para ampliar o atendimento aos índios. “Com o incentivo, os municípios não se recusarão

a investir nos índios.” A sugestão do presidente da Funai para dar um bônus aos municípios já vem sendo discutida no Congresso. Um projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) prevê

aumento nas cotas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para Estados e municípios que investirem em programas indígenas e ambientais.

Reestruturação – Além desses mecanismos, Lacerda quer que a Funai seja totalmente

reestruturada, “deixando de ser uma mera entidade assistencialista para constituir-se em um órgão mais atuante na defesa da política indígena”.

Se isso ocorrer, Lacerda acredita ser possível mudar em pouco tempo os indicadores de saúde e educação nas áreas indígenas. Ele negou na CPI ser pretensão do governo transformar a Funai numa secretaria do Ministério da Justiça.

Assistência – A Funai é hoje responsável por cerca de 600 áreas indígenas no País. Mas, segundo Marcio Lacerda, com a estrutura atual é impossível ao órgão prestar assistência de qualidade aos índios. Além disso, o órgão é vítima de uma série de distorções na questão funcional. “Para se ter uma idéia, temos apenas 26 antropólogos para atender todo País”. Lacerda acredita que a saída é repensar a Funai e dar ao órgão uma estrutura adequada de atendimento.

PRESIDENTE
DEFENDE
CRIAÇÃO DE
PARCERIAS